

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO** – Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas, as Demonstrações Contábeis acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, correspondente ao semestre findo em 30 de junho de 2014. A Companhia mantém os esforços na consolidação e aprimoramento dos ajustes nas estruturas de administração, buscando adequação de suas ações às políticas eleitas como prioritárias para o desenvolvimento do negócio. A administração da Companhia mantém entendimento de que apesar de ainda haver espaço para explorar oportunidades, a instituição demonstra nível satisfatório de eficiência na execução de sua estratégia com melhoria recorrente em seus resultados operacionais. A situação mercadológica permaneceu impositiva e a Instituição esteve atenta aos movimentos. Porém, mantendo propósito de realização do planejamento estratégico da Companhia, também baseado em indicadores econômicos que permitem a identificação das oportunidades, obtivemos expansão na geração de negócios, no primeiro semestre 2014, na ordem de 31% em relação ao primeiro semestre 2013. Com política e controle efetivo de custos, a Companhia vem obtendo a cada período de apuração melhores índices de eficiência. A instituição também se beneficiou dos resultados consolidados de uma política de crédito e cobrança mais assertiva, a qual permitiu o controle da sua inadimplência, mesmo com o crescimento de suas carteiras. O índice de Basileia encorrou o semestre com 15,00%, com alcance do objetivo previsto de geração de margem positiva em seus limites operacionais, mantendo-os adequados ao máximo aproveitamento das oportunidades classificadas como rentáveis e permitindo avanço na geração de ativos. Os resultados positivos permitiram à Companhia, contando também com política de planejamento fiscal, uma elevação significativa e consistente do patrimônio líquido, da ordem de 83% sobre o mesmo período do ano anterior. Com política conservadora, a instituição permaneceu constituindo provisões, adequadas aos níveis de perdas estimados decorrentes da atual conjuntura macroeconômica interna e externa. Permanecemos ao dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013** – (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2014	2013
Circulante		168.079	138.369
Disponibilidades		1.231	1.356
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	24.300	1.300
Títulos e valores mobiliários	6	32.927	51.489
Carteira própria		32.927	50.734
Vinculados à prestação de garantias			755
Operações de crédito	7	104.081	78.863
Setor privado		121.312	97.900
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(17.231)	(19.037)
Outros créditos	8	829	823
Diversos		949	2.205
Provisão para outros créditos		(120)	(1.382)
Outros valores e bens		5.711	4.538
Despesas antecipadas	9	5.711	4.538
Não circulante		58.006	45.292
Realizável a longo prazo		55.356	42.627
Operações de crédito	7	26.835	16.596
Setor privado		27.666	18.030
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(831)	(1.434)
Outros créditos	8	24.502	23.466
Diversos		26.355	25.365
Provisão para outros créditos		(1.853)	(1.899)
Outros valores e bens		4.019	2.565
Despesas antecipadas	9	4.019	2.565
Investimentos		22	38
Imobilizado de uso	10	2.457	2.512
Intangível		171	115
Total do ativo		227.085	183.661

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
Para os semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação - R\$)

	Nota	2014	2013
Receitas de intermediação financeira		52.477	44.450
Operações de crédito	7f	50.419	42.524
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.058	1.926
Despesa da intermediação financeira		(21.402)	(21.624)
Operações de captação no mercado		(10.358)	(8.215)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7e	(11.044)	(13.427)
Resultado bruto da intermediação financeira		31.075	22.808
Outras receitas (despesas) operacionais		(26.384)	(20.729)
Receitas de prestação de serviços		2.315	1.735
Despesas pessoais	17	(6.091)	(3.598)
Outras despesas administrativas	18	(20.095)	(15.744)
Despesas tributárias		(2.127)	(1.703)
Outras receitas (despesas) operacionais	19	(386)	(1.419)
Resultado operacional		4.691	2.079
Resultado não operacional		(68)	(103)
Lucro do semestre		4.623	1.976
Imposto de renda e contribuição social		(2)	(1)
Provisão para imposto de renda		(1)	(1)
Provisão para contribuição social		(1)	(1)
Participação estatutária no lucro		(208)	(208)
Apuração de resultados no semestre		(208)	(208)
Lucro líquido do semestre		4.413	1.976
Quantidade de ações no final dos semestres - R\$	15a	5.890.293.526	5.890.293.526
Lucro por ação - R\$		0,000749	0,000335

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO**  
Para os semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		4.413	1.976
Resultado do semestre		4.413	1.976
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(602)	(2.771)
Provisão para contingências		(375)	632
Provisão para bônus e participações		182	-
Provisão para outros créditos		(434)	479
Resultado na alienação de títulos e valores mobiliários		507	507
Depreciações e amortizações		371	277
Resultado ajustado		4.062	593
Variação de ativos e obrigações			
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários		20.401	1.748
Redução (aumento) em operações de crédito		(21.350)	(4.188)
Redução (aumento) em outros créditos		670	(392)
Redução (aumento) em outros valores e bens		(1.802)	(288)
Aumento (redução) em depósito a prazo		4.364	290
Aumento (redução) em depósitos de depósitos		15.075	771
Aumento (redução) em outras obrigações		750	578
Aumento (redução) em dívidas subordinadas		667	550
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais		23.437	(321)
Atividades de Investimentos			
Alienação de bens de não uso próprio		-	340
Alienação de imobilizado de uso		6	1
Aquisição de imobilizado de uso		(500)	(1.374)
Caixa líquido gerado (aplicado) em atividades de investimentos		(494)	(1.033)
Atividades de financiamentos			
Dividendos e lucros pagos		(656)	(656)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		(656)	(656)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes a caixa		22.287	(1.354)
Modificações do caixa ou equivalentes a caixa			
Caixa ou equivalentes a caixa no início do semestre		3.244	4.010
Caixa ou equivalentes a caixa no final do semestre	4	25.531	2.656
Aumento (redução) do caixa e equivalentes a caixa		22.287	(1.354)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Para os semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 – (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Capital a realizar	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste de valor patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Ações em tesouraria	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013		74.866	(1.666)	20	-	(6.475)	(53.723)	(1.466)	11.556
Redução de capital		(55.169)	-	(20)	-	-	53.723	1.466	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(144)	-	-	(144)
Lucro do semestre		-	-	-	-	-	1.976	-	1.976
Saldos em 30 de junho de 2013		19.697	(1.666)	-	-	(6.619)	1.976	-	13.388
Saldos em 01 de janeiro de 2014		19.697	-	-	1.055	(507)	-	-	20.245
Distribuição de dividendos		-	-	-	(656)	-	-	-	(656)
Ajuste de avaliação patrimonial	15 (c)	-	-	-	-	507	-	-	507
Lucro do semestre		-	-	-	-	-	4.413	-	4.413
Saldos em 30 de junho de 2013		19.697	-	-	399	-	4.413	-	24.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
Dos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 – (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Instituição tem como foco o segmento de mercado de crédito a pessoas físicas, com ênfase em crédito pessoal. Seu portfólio de produtos de crédito também inclui o CDC (Crédito Direto ao Consumidor), crédito consignado e financiamento de veículos (motocicletas). Adicionalmente, opera com Pessoas Jurídicas, a prazo médio e longo, para suprimento de capital fixo ou de movimento. A Instituição utiliza recursos próprios e de terceiros, captados por meio da emissão de títulos pré e pós-fixados, especialmente Letras de Câmbio (LC) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE).

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN. Em 25 de julho de 2014, a diretoria executiva aprovou as demonstrações contábeis e autorizou divulgá-las a partir desta data.

**3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) **Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para dia de natureza financeira, as quais são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora do respectivo ativo e passivo, e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos.

b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, títulos e valores mobiliários cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) **Títulos e valores mobiliários:** Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN), os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: - **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; - **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; - **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) **Operações de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, do nível "AA" (mínimo) até "H" (perda). As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito, adiantamentos e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, levando-se em consideração: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução (CMN) nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo entre "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo); e (ii) os níveis de riscos são avaliados pela Administração da Instituição, periodicamente, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações. Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes, os períodos de atraso definidos na Resolução (CMN) nº 2.682/99.

g) **Despesas antecipadas:** Correspondem, a comissões pagas na contratação de empréstimos e financiamentos, que estão sendo apropriadas ao resultado na rubrica "outras despesas operacionais", pelo mesmo prazo dos contratos que lhes deram origem, ou, integralmente, por ocasião da cessação desses créditos, liquidação antecipada e de contratos com inadimplência acima de 180 dias.

h) **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes):** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro-rata" dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) **Investimentos:** Os investimentos em obras de arte são avaliados pelo valor de aquisição, deduzidos das correspondentes provisões para perdas, quando aplicável.

j) **Imobilizado de uso:** O imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação é calculada pelo método linear com taxas anuais que levam em consideração a vida útil do correspondente ativo.

k) **Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado de uso e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) **Depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e dívidas subordinadas:** Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidas das despesas financeiras a decorrer.

m) **Demais passivos circulantes e exigível a longo prazo (não circulante):** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) **Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social, foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

o) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo provisionados com base na opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa. Abaixo o critério utilizado segundo a natureza da contingência: **Contingências Ativas:** Não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. **Contingências Passivas:** São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados. **Obrigações Legais:** São registradas como exigíveis independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda.

p) **Estimativas contábeis:** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar quando da sua realização, em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões existentes ao processo de estimativas contábeis. A Instituição revisa suas estimativas e premissas em bases mensais.

q) **Resultado por ação:** Calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

A carteira de títulos e valores mobiliários, exceto no que diz respeito às Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (os quais possuem vencimento de um a três anos), não possuem prazo de vencimento. De acordo com os normativos do BACEN, as aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT e em Fundos de Investimentos foram classificadas no ativo circulante. O valor de mercado foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas são apurados com base nos preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); ações de Companhias Abertas é utilizado o preço médio da última negociação do dia. Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular 3.068/02 do Bacen, a Portocred declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Em 30 de junho de 2014 a Portocred não possui Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) dadas como garantia para operações de cessão de crédito e em junho de 2013 possuía R\$ 755.

**7. Operações de crédito:** As informações da carteira são assim sumariadas:

a) **Diversificação da carteira por produto**

	2014	2013
Empréstimos	117.430	91.218
Financiamentos	31.548	24.712
	148.978	115.930
Circulante	121.312	97.900
Não Circulante	27.666	18.030

b) **Diversificação da carteira por prazo**

**Setor privado**

Vencidos	2014	2013
A vencer até 3 meses	43.888	34.237
A vencer de 3 a 12 meses	59.076	43.667
A vencer de 1 a 3 anos	25.855	17.242
A vencer de 3 a 5 anos	1.802	788
A vencer de 5 a 15 anos	9	-
	148.978	115.930

c) **Diversificação da carteira por atividade**

	2014	2013
Pessoas físicas	148.978	115.930
	148.978	115.930

d) **Diversificação da carteira por nível de risco**

2014	Dias em atraso	Saldo vencido	Saldo a vencer	Saldo a carteira	Provisão
AA	-	-	-	-	-
A	0 a 14	1	108.146	108.147	(541)
B	15 a 30	858	5.424	6.282	(63)
C	31 a 60	1.350	5.785	7.135	(214)
D	61 a 90	1.610	3.438	5.048	(505)
E	91 a 120	1.786	2.380	4.166	(1.250)
F	121 a 150	1.949	1.607	3.556	(1.778)
G	151 a 180	1.939	1.167	3.106	(2.174)
H	Superior a 180	8.855	2.683	11.538	(11.537)
		18.348	130.630	148.978	(18.062)
		18.348	102.964	121.312	(17.231)
		-	27.666	27.666	(831)

e) **Diversificação da carteira por nível de risco**

2014	Dias em atraso	Saldo vencido	Saldo a vencer	Saldo a carteira	Provisão
AA	-	-	-	-	-
A	0 a 14	1	79.282	79.283	(396)
B	15 a 30	558	3.394	3.952	(40)
C	31 a 60	1.013	3.976	4.989	(150)
D	61 a 90	1.247	2.433	3.680	(368)
E	91 a 120	1.380	1.563	2.943	(883)
F	121 a 150	1.741	1.401	3.142	(1.571)
G	151 a 180	1.881	1.044	2.925	(2.047)
H	Superior a 180	12.175	2.841	15.016	(15.016)
		19.996	95.934	115.930	(20.471)
		19.996	77.904	97.900	(19.037)
		-	18.030	18.030	(1.434)

Em 30 de junho 2014, o saldo de rendas a apropriar montava R\$ 149.516 (R\$ 107.291 em 2013).

f) **Rendas por modalidade**

	2014	2013
Rendas de empréstimos	42.659	35.164
Rendas de financiamentos	7.267	4.840
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.507	2.589
Despesa de obrigação por operação de crédito	(3.013)	-
Despesa de cessação	(1)	-
	50.419	42.524

g) **Créditos adquiridos por cessação:** Correspondem aos créditos adquiridos de outras instituições financeiras ou equiparadas, registrados pelo valor presente na data do fechamento das operações, sendo os juros incidentes apropriados ao resultado "pro rata temporis" ao final de cada mês. As operações de cessão de crédito estão compostas da seguinte forma:

Saldo início do semestre
 713 | 717 |

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – Dos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 – (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Provisão para contingências: a.1) De natureza trabalhista - A Instituição é pólo passivo em processos judiciais de natureza trabalhista, tanto na condição de solidária como de co-reclamada. A Administração constitui provisão, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos externos. a.2) De natureza cível - Tratam-se de ações revisionais e por danos morais promovidas por clientes. A Administração constitui provisão, considerando as tendências de julgamento das ações para os valores em discussão, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos externos. a.3) De natureza tributária - Composto por demandas de: I) CPMF - A Instituição está contestando os autos de infração da Secretaria da Receita Federal, quanto ao não recolhimento de CPMF. O processo administrativo referente aos anos de 1998 e 1999 ainda se encontram pendente de exame de mérito pela DRJ. A ação ordinária declaratória de inexistência de relação jurídica tributária teve a sentença pela improcedência, contrária aos interesses da Portocred, mas a ação ordinária anulatória dos lançamentos de CPMF teve a sentença de procedência, anulando os lançamentos realizados através dos Autos de Lançamentos n.ºs 11080.010447/2007-45 e 11080.009894/2007-51, que pretendiam constituir a CPMF relativa aos períodos de 2002 a 2004. A assessoria jurídica ingressou com apelação visando que seja reformada no TRF a demanda da ação declaratória, e permaneceu com a avaliação de que existem bons argumentos de defesa e a possibilidade de perda é remota. Contudo, a Administração conforme acordado com o BACEN mantém provisão contábil para atender as eventuais perdas, em 30 de junho de 2014 R\$ 8.752 mil (em 30 de junho de 2013 R\$ 8.383 mil) bem como para estes processos existem depósitos judiciais. II) PIS/COFINS - Contempla os valores de PIS R\$ 1.234 mil (em 30 de junho de 2013 R\$ 1.133 mil) e COFINS R\$ 7.597 mil (em 30 de junho de 2013 R\$ 6.974 mil) referente a discussão judicial quanto a inclusão da Receita Financeira na base de cálculo, para os respectivos valores foi efetuado depósito judicial; e III) OUTROS – Para cobrir perdas potenciais com outros tributos.

c) Movimentação de passivos contingentes

	2014		2013	
	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis
Saldo inicial.....	18.087	1.859	990	16.847
Constituição (reversão) da provisão.....	(5)	(150)	(220)	143
Saldo final.....	18.082	1.709	770	16.990

c.1) De Perdas Prováveis – Em 30 de junho 2014 a Instituição possui provisionado no montante de R\$ 20.561 (R\$ 19.687 em 30 de junho de 2013) referente as ações classificadas como perdas prováveis. d) Existem ainda contingências que de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perdas possível, no montante de R\$ 7.549 (R\$ 4.177 em 30 de junho de 2013). De acordo com as praticas contábeis não foi registrada provisão para contingência.

15. **Patrimônio líquido:** a) **Capital Social** – Em 30 de junho de 2014, o capital social: é de R\$19.697 (capital social de R\$ 19.697 sendo a integralizar 1.666 em 30 de junho de 2013) representado por 5.890.293.526 ações, sem valor nominal, distribuídas entre 5.887.293.527 ações ordinárias e 2.999.999 ações preferenciais nominativas. b) **Dividendos** – Conforme determinado no estatuto social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, conforme disposto na legislação societária. Em 24 de abril de 2014 foram distribuídos dividendos com base no resultado, conforme Assembleia Geral Ordinária – AGO. c) **Ajuste de valor patrimonial** – Refere-se ao efeito sobre os ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. No primeiro semestre de 2014 foram realizadas vendas definitivas de Títulos e Valores Mobiliários – TVM, assim as perdas não realizadas registradas na conta de patrimônio líquido foram transferidas para o resultado.

## 16. Imposto de renda e contribuição social

	2014		2013	
	IR	CSLL	IR	CSLL
<b>Conciliação</b>				
Resultado antes dos impostos e após as participações estatutárias	4.415	4.415	1.976	1.976
<b>Adições e exclusões</b>				
Provisões para crédito liquidação duvidosa.....	(857)	(857)	(2.667)	(2.667)
Lucros e perdas.....	(634)	(634)	-	-
Provisões para contingências.....	405	405	106	106
Provisões para outros créditos....	(2.288)	(2.288)	-	-
Outros.....	(1.028)	(1.028)	418	418
Lucro real (Prejuízo fiscal).....	13	13	(167)	(167)
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas.....	(4)	(4)	-	-
Base de calculo.....	9	9	-	-
Alíquota nominal.....	25,00%	15,00%	-	-
	1	1	-	-

## 17. Despesa de pessoal

	2014	2013
Salário.....	(4.151)	(2.499)
Encargos sociais.....	(1.261)	(610)
Outros.....	(679)	(489)
Total.....	(6.091)	(3.598)

## 18. Outras despesas administrativas

	2014	2013
Serviços de terceiros.....	(13.294)	(10.297)
Serviços técnicos especializados.....	(1.328)	(1.431)
Despesas administrativas.....	(4.651)	(3.553)
Propaganda e publicidade.....	(451)	(186)
Depreciação e amortização.....	(371)	(277)
	(20.095)	(15.744)

## 19. Outras receitas (despesas) operacionais

	2014	2013
Outras receitas operacionais		
Atualização de depósitos judiciais.....	691	482
Recuperação de despesas.....	15	9
Provisão para outros créditos.....	98	363
Reversão da provisão para contingência.....	708	248
Reversão da provisão comissões a pagar.....	-	778
Outros.....	308	322
	1.820	2.202

	2014	2013
Outras (despesas) operacionais		
Descontos concedidos sobre operações de crédito.....	(245)	(360)
Provisão para contingência.....	(333)	(880)
Provisão para comissões a pagar.....	-	(237)
Provisão para outros créditos.....	(117)	(110)
Despesas com serviços.....	(876)	(1.009)
Provisão para bônus e participações.....	(182)	-
Outros.....	(453)	(1.025)
	(2.206)	(3.621)
	(386)	(1.419)

20. **Saldos e transações com partes relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a Resolução Bacen n.º 3.750 de 30/06/2009, e do pronunciamento CPC 05. Estas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médios usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e em condições de comutatividade.

## a) Os principais saldos mantidos com partes relacionadas são:

	2014	2013
Recursos de aceites cambiais.....	865	888
Diretores.....	101	16
Acionistas.....	764	872
Dívidas subordinadas Elegíveis – não controladores.....	5.809	4.748
Acionistas.....	5.809	4.748

b) **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Benefícios de curto prazo a administradores e empregados elegíveis da Portocred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é apresentada conforme abaixo:

	2014	2013
Proventos.....	1.567	573
Contribuições INSS/FGTS.....	420	8
Total.....	1.987	581

A Portocred S/A não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

21. **Instrumentos financeiros derivativos:** Em 30 de junho de 2014 e 2013 não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

22. **Limite operacional (Acordo da Basiléia):** As instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de zero a 100%, conforme Resolução n.º 2.099/94 do Bacen. O Banco Central do Brasil - Bacen, através da Resolução n.º 4.193/2013, dispõe sobre os requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR). Para a apuração do Capital de Nível I e de Capital Principal foram editadas as Resoluções n.º 4.192/2013 e 4.278/2013, ambas com vigência a partir de 1.º de Outubro de 2013. Estas resoluções estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), as mesmas determinam que a composição do Patrimônio de Referência seja feita através do Patrimônio líquido, dívidas subordinadas, instrumentos híbridos de capital. Com base nas legislações vigentes a época de cada demonstrativo dos limites operacionais demonstraremos os mesmos abaixo, de forma individualizada: Resolução n.º 3.490/2007 e resoluções complementares:

	JUN 2013
Risco de Crédito (PEPR).....	9.535
Risco Operacional (POPR).....	6.923
Patrimônio de Referência Exigido.....	16.458
Risco de Mercado (RBA (+) Pjur1).....	912
Patrimônio de Referência – PR.....	19.404
Excesso de patrimônio em relação ao exigido.....	2.034
<b>Índice de Basiléia</b> .....	<b>12,97%</b>

Resolução n.º 4.193/2013 e resoluções complementares:

	JUN 2014
Patrimônio de referência Nível I.....	24.509
Capital principal.....	24.509
Patrimônio de referência Nível II.....	5.839
<b>Patrimônio de referência</b> .....	<b>30.348</b>
Patrimônio de referência exigido.....	22.253
Parcela de risco de crédito.....	13.269
Parcela de risco operacional.....	8.984
<b>Índice de Basiléia</b> .....	<b>15,00%</b>
<b>Índice de Imobilização</b> .....	<b>17,46%</b>

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento

do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Portocred S/A Crédito, Financiamento e Investimento para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Portocred S/A Crédito, Financiamento e Investimento. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

23. **Estrutura de gerenciamento de risco:** A estrutura de gerenciamento de risco é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações. Ela abrange os riscos de mercado, de liquidez, operacional e de crédito. Para fazer frente aos eventos de risco, essa estrutura é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Instituição. A Instituição implementou alguns comitês para garantir essa política de gestão de riscos. O comitê de riscos, constituído de diretores e profissionais de gestão de riscos, se reúne mensalmente com o objetivo de analisar políticas relacionadas a riscos mercadológicos, operacionais e de crédito, entre outros.

**Risco Operacional:** A gestão de risco operacional está na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que possibilitam o formato de coleta e tratamento das perdas operacionais, atendendo as melhores práticas de gestão do risco operacional. Os projetos referentes estão atrelados as melhores práticas de mercado, bem como a criação de nova área específica para a gestão de risco operacional e software adquirido pela Instituição. Este novo software, denominado como Sistema Integral de Gestão de Risco Operacional, tem a vantagem de integrar todas as informações de Risco Operacional e suas perdas em uma única base de dados, gerando informações sólidas e pertinentes ao assunto.

**Risco de Mercado:** Risco de mercado está relacionado aos prejuízos decorrentes de mudanças em fatores de risco - taxas de juros e de câmbio, índices e preços. A Portocred, realiza a gestão desses riscos buscando otimizar a relação risco-retorno através de modelos internos e ferramentas de gestão baseadas nas melhores práticas que o mercado oferece (em todos os níveis organizacionais). Estas ferramentas levam em consideração, entre outros fatores, a diversificação de riscos e limites de exposição.

**Risco de Crédito:** A estrutura de gerenciamento do Risco de Crédito da Portocred, é efetuada com base na segmentação de clientes e carteiras, buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites. Desta forma, garante um alto grau de eficiência às políticas em vigor. Para atingir o objetivo de total isenção e segregação de funções, o controle de riscos de Crédito é realizado de maneira independente das funções que originam e aprovam as exposições.

**Instrumentos financeiros:** A Instituição mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade dos seus ativos. Desta forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos seus instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A estrutura do risco operacional é de acesso público e encontra-se divulgada no site da Instituição, na Internet.

**LEONARDO CHERMAN**  
Diretor Presidente - CPF 016.730.867-05

**TOMAZ FERNANDO SILVEIRA HINRICHSEN**  
Diretor - CPF 482.270.990-68

**ROSICLER FATORI SILVEIRA**  
Contadora - CRC RS 51.180

Aos Administradores e Acionistas da

**PORTOCRED S/A  
CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Portocred S/A Crédito, Financiamento e Investimento**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Portocred S/A Crédito, Financiamento e Investimento é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e

**Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Portocred S/A Crédito, Financiamento e Investimento** em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Porto Alegre 25 de Julho de 2014.  
Marcelo de Vargas Gais  
Sócio - CO CRC-RS 51.308

**Rokembach +**  
Contadores, Auditores e Peritos

Rokembach + Lahm, Villanova, Gais & Cia Auditores  
CRC- RS 3.663